

Vila Bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana

PATRÍCIA MARINHO DE CARVALHO*

Introdução

A discussão que propomos neste artigo está vinculada a etapa de elaboração da dissertação de mestrado “Estudo da paisagem arqueológica em área de remanescente de quilombo e sua interface com a religiosidade de matriz africana”, que estamos desenvolvendo na comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, no Vale do Guaporé, região fronteira do território brasileiro.

Vila Bela foi a primeira capital do estado do Mato Grosso e sua história é a história da expansão colonial e da disputa territorial entre portugueses, espanhóis e indígenas, da exploração de riquezas naturais, dos conflitos étnicos e da escravidão. Dinâmicas de um processo histórico que nesta etapa de elaboração de nossa dissertação somamos à análise e interpretação dos dados etnográficos e arqueológicos da paisagem, em busca da identificação de permanências e discontinuidades culturais na maneira como os membros da comunidade quilombola percebem, constroem e se relacionam com a paisagem.

Ao partirmos desta perspectiva, entendemos que nosso estudo se insere no contexto contemporâneo da arqueologia histórica, que como observou Symanski (2009:287) é caracterizado por:

(...) uma série de novas abordagens pautadas em perspectivas críticas e simbólicas, explorando temáticas diversificadas, tais como comportamento de consumo, relações de poder e gênero, construção de identidades, e o papel estruturador do ambiente construído e das paisagens (SYMANSKI, 2009:287).

Essas abordagens “críticas e simbólicas” tem explorado as questões relacionados ao processo de expansão do capitalismo, razão pela qual também são conhecidas como “arqueologias do capitalismo”, pois partem da idéia de que na interpretação do registro arqueológico é preciso pensá-lo também, “em função de uma perspectiva macro,

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Arqueologia do MAE/USP, bolsista do *IFP – International Fellowships Program Ford Foundation* – de 07/2008 até 06/2010)

considerando as relações desses contextos com as formas mais amplas que moldaram o mundo moderno” (SYMANSKI, 2009:284-87).

Em nosso projeto de pesquisa consideramos que esse contexto histórico de expansão colonial, delimitação de fronteiras, encontros e confrontos étnicos da formação sócio-espacial de Vila Bela, é fundamental para entendermos como eventos desse passado se relacionam com os processos observados no presente. Ainda que, o fator colonial tenha exercido pressão no campo de forças nas relações de poder entre europeus, indígenas africanos e seus descendentes, é fato que os grupos oprimidos fizeram uso de seus referenciais culturais no processo de reformulação cultural que teve reflexo na formação do espaço construído e também simbolicamente percebido.

Ao considerar estas premissas, adotamos a perspectiva da Arqueologia da Diáspora Africana no desenvolvimento dos estudos desenvolvidos entre os membros da comunidade quilombola do Boqueirão, em Vila Bela, que é formada em sua maioria por descendentes de escravos africanos, que começaram a ser levados para lá desde 1752, ano de sua fundação.

Os estudos da diáspora africana tratam das movimentações de africanos durante o tráfico negreiro no Atlântico, sobretudo para as Américas, e da emergência das identidades culturais dos afrodescendentes. A discussão central desses estudos diz respeito à maneira como os africanos e seus descendentes reorganizaram suas práticas e tradições culturais nas Américas, e dessa forma reconstruíram suas identidades (ORSER, 1998; HEYWOOD, 2009; HALL, 2006).

De acordo com Gilroy (1993:38), a identidade cultural dos descendentes de escravos africanos não pode ser dissociada da experiência da escravidão e do racismo, nem tampouco pode se restringir aos “particularismos nacionalistas”. Para o autor, a diáspora proporcionou uma comunicação entre diversos grupos étnicos que atravessaram o Atlântico, e o navio negreiro foi o espaço privilegiado das trocas culturais que se efetivaram, por isso ele é escolhido como “símbolo organizador central” no desenvolvimento de seu pensamento, configurando-se num “sistema vivo, microestrutural e micropolítico em movimento”.

Ao elaborar nosso projeto partimos da hipótese que esses descendentes de escravos, que na atualidade vivem no meio rural e que ainda adotam um modo de vida bastante tradicional, compartilham visões de mundo que estão relacionadas com o

universo simbólico daquelas populações escravizadas das quais descendem, portanto a organização sócio-espacial desta comunidade quilombola e sua percepção da paisagem guardam elementos que se relacionam com esse passado ancestral africano tradicional.

A interdisciplinaridade própria da Arqueologia, nosso tema de pesquisa, a aplicação do método etnoarqueológico, e em última instância nossa formação acadêmica na área de Ciências Sociais, têm nos levado a aprofundar o diálogo com perspectivas da História e da Antropologia ao lidarmos com conceitos que estão na área de intersecção entre essas três áreas do conhecimento.

Dessa maneira, neste artigo apresentamos uma discussão condensada acerca dos pressupostos da Arqueologia da diáspora africana e do método etnoarqueológico, como ferramentas para melhor entender a organização sócio-espacial e percepção da paisagem quilombola por eles mesmos. Para em seguida, por meio de alguns aspectos relevantes do contexto histórico da formação do município de Vila Bela e da análise preliminar de dados coletados em campo, formular algumas inferências acerca da relação entre determinados eventos históricos e a configuração social e espacial observada junto à comunidade vilabelense.

Por uma arqueologia da diáspora africana

Na Arqueologia o tema da diáspora africana é tratado no âmbito da “Arqueologia Histórica”, que para as Américas refere-se ao período moderno, a partir do século XV. A Arqueologia Histórica está relacionada às sociedades possuidoras de escrita, incorporando a documentação escrita à investigação. Mais do que fornecer informações complementares às textuais, os estudos arqueológicos históricos podem “fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas” (FUNARI, 2002:107). Que no caso da documentação relativa à escravidão quase sempre trás uma visão unilateral, a do escravizador.

Os primeiros estudos arqueológicos a se ocuparem da temática da diáspora africana têm início nos Estados Unidos na década de 1960. Antes disso, o foco estava na investigação do passado da elite norte-americana, nas estruturas das mansões das *plantations* e na sua restauração (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998).

De início, os arqueólogos enfocavam o modo de vida dos escravos nas *plantations*, produzindo estudos de caráter descritivo. Na década de 1970 as pesquisas

em sítios afro-americanos foram intensificadas e o foco dos arqueólogos concentrava-se na busca de africanismos. No final daquela década destacaram-se os estudos de identificação da influência africana na cerâmica encontrada em contextos afro-americanos, denominada de *colono-ware*, quando se verificou que essa cerâmica era mais recorrente em sítios afro e euro-americanos do que nos sítios de indígenas norte-americanos.

Ainda focados nas *plantations*, no início dos anos 1980, os arqueólogos passaram a se interessar pelos padrões de identificação dos sítios afro-americanos, e pelas possíveis implicações de tais padrões em termos de comportamento e *status* social a fim de caracterizar as condições de vida dos escravos e as diferenças entre eles e os brancos livres (SINGLETON, 1995:119-120; ORSER, 1998: 64-5).

Já na década de 1990 houve um deslocamento dos estudos nas *plantations* para o campo mais abrangente de arqueologia da diáspora africana, e as pesquisas nessa área passaram a focalizar temas tais como liberdade, resistência e agência (LEONE, 2005). Essa mudança de paradigma está associada às novas proposições pós-processualistas, que dentre seus questionamentos contesta a correlação direta feita pelos processualistas entre cultura e cultura material, já que estruturas de significados se interpõem entre ambas. De acordo com a abordagem contextual adotada por arqueólogos pós-processualistas, a cultura material possui significados que “são culturalmente específicos, e os mesmos artefatos podem ter diferentes significados em diferentes contextos” (SYMANSKI, 2009: 288).

Assim, os pesquisadores passaram a considerar a possibilidade de os afro-americanos reformularem sua cultura diante do contexto social em que estavam inseridos, incorporando elementos externos pautados em seus próprios referenciais culturais, de modo a selecionar elementos culturais do “outro” a partir de particularidades que remetessem ao seu próprio universo cultural (HOWSON, 1990; THOMAS, 1995).

O estudo de sítios de quilombos e de comunidades de negros livres tem um lugar de destaque nessa arqueologia, sendo ele de fundamental importância para a compreensão do processo de reconstrução de identidades africanas nas Américas e no Brasil, particularmente, onde esse estudo apenas se inicia.

Os espaços mais evidenciados no estudo de sítios de quilombos e comunidades de negros livres são os “quintais” e outros espaços externos das casas, dado que tais espaços constituem extensões da moradia. Nesses espaços são realizadas inúmeras atividades de caráter doméstico, relacionadas ao lazer, sociabilidade e religiosidade, portanto, sendo espaços carregados de significados (HEATH and BENNETT, 2000).

Aliada a arqueologia da paisagem, a pesquisa etnoarqueológica entre os descendentes de escravos afro-americanos são as abordagens privilegiadas na investigação, de processos de continuidade/descontinuidade cultural nos usos dos quintais entre as populações africanas e afro-americanas do passado e também entre as afro-americanas atuais, sobretudo no que diz respeito ao quintal como espaço de socialização.

Segundo Heath e Bennett (2000) nas etnografias da África e do Caribe dos séculos XVIII a XIX se observam dados que poderiam atestar continuidades culturais nos usos dos quintais entre populações africanas e afro-americanas tanto no passado quanto no presente.

No Brasil, a equipe da Zanettini Arqueologia (2006) observou a continuidade de vários desses usos de quintais nos remanescentes de quilombo no Vale do Guaporé (Mato Grosso e Rondônia). Daí nossa proposta da análise da paisagem dos quintais de vilabelenses do passado e do presente, na tentativa de perceber se na relação estabelecida com o entorno estão presentes elementos do universo simbólico dos seus descendentes africanos.

Assim, nossa proposta em realizar um estudo etnoarqueológico junto às comunidades remanescentes e em sítio arqueológico do anteriormente ocupado por membros das famílias que hoje vivem no Boqueirão, tratando de entender o modo de vida desses atuais quilombolas, suas relações com o meio, além de levantar dados que possibilitem uma melhor compreensão da análise da paisagem do sítio arqueológico

Entendendo que a investigação etnoarqueológica parte da observação do comportamento humano e a relação estabelecida com o objeto, considerando-se o pressuposto “que toda ação humana, seja qual for sua origem, deixa conseqüências materiais”. Essas ações seguem um padrão etnográfico e sua evidência estará refletida no registro arqueológico (POLITIS, 2002).

A etnoarqueologia a partir da década de 1990 passou a ser influenciada pelas premissas da arqueologia pós-processual, tal quais propostas por Hodder (1986), que considera a cultura material não como um reflexo passivo de estruturas sociais e econômicas, mas como um elemento ativo, utilizado para produzir e reproduzir relações sociais (SYMANSKI, 2009:286).

A etnoarqueologia passou a incorporar “novos temas e problemas, dedicados a compreender os aspectos simbólicos da relação humana com o mundo material, enfatizando, por exemplo, estratégias de poder, cosmologia e vida ritual” (DAVID, 1992 *apud* SILVA, 2009:2).

Na atualidade os estudos etnoarqueológicos são considerados como uma estratégia de obtenção de dados sobre sociedades vivas, a partir da perspectiva arqueológica, com intuito de interpretar o registro arqueológico. A coleta de dados etnográficos para a interpretação arqueológica é entendida hoje como tarefa do arqueólogo, pois é ele que pode definir quais são os dados de interesse arqueológico (SILVA, 2009:2).

Neste sentido, a investigação etnoarqueológica aplicada ao estudo da formação cultural afro-brasileira, tal como é proposto no projeto de pesquisa, pode ajudar na construção de um modelo que apresenta dados sobre a percepção da paisagem por parte desses afrodescendentes, fornecendo assim, subsídios para levantar hipóteses acerca da paisagem arqueológica de assentamentos quilombolas do passado. E, de acordo com o proposto para este artigo, nos fixaremos em aspectos do contexto sistêmico, ou seja, na análise parcial dos dados etnográficos levantados na comunidade do Boqueirão.

História e etnografia da paisagem vilabelense

Atualmente Vila Bela possui uma população majoritariamente formada por afrodescendentes. Não são apenas as características fenotípicas dos vilabelenses que revelam suas origens africanas, mas também elementos presentes em suas manifestações culturais, como os observados durante a Festa, comemoração religiosa do catolicismo popular. A Congada de São Benedito e a Dança do Chorado, que podem ser vistas durante os festejos, estão entre as manifestações culturais mais

emblemáticas e visíveis da experiência dos africanos e seus descendentes no contexto da escravidão no Brasil (Figuras 1 e 2).



O florescimento e a manutenção destas e de outras manifestações culturais que remetem a experiência africana e de seus descendentes estão imbricados com a história da ocupação e formação do território na porção oeste do Brasil.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital do Mato Grosso por questões estratégicas, já que o município está localizado na fronteira com a Bolívia e, assim como o restante da região onde hoje se localiza o estado do Mato Grosso, já pertenceu ao Reino da Espanha de acordo com o Tratado de Tordesilhas, firmado entre este e o Reino de Portugal em 1494.

Assim, os espanhóis foram os primeiros europeus na exploração e tomados das terras, tendo realizado várias expedições à região ainda no século XVI. Sendo que, uma das expedições ordenadas por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca teve o intuito de explorar as terras do que hoje compreendem os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em 1542 Domingos Martinez de Irala foi designado por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca a realizar uma expedição para explorar a região do rio Paraguai, e em 1543 fundou “Puerto de los Reyes” na região do Pantanal mato-grossense. Mais tarde, foi o próprio Cabeza de Vaca que percorreu o caminho até Puerto de los Reyes (FERREIRA, 2001:30; 345-6).

Apesar desta primazia nas explorações da região os espanhóis perderam território para os portugueses, sobretudo porque os espanhóis, dentre outros fatores, escolheram o Peru como centro da administração da Coroa Espanhola na América, dada

a exploração dos minérios que eram abundantes na região, deixando o restante vulnerável, sobretudo aos ataques dos indígenas (FERREIRA, 2001:345).

Já Portugal continuou estendendo seus domínios sob a região, num processo “lento e gradual” (CHAVES, 2000:12) por meio das entradas promovidas pelos bandeirantes paulistas, que avançavam rumo ao oeste em busca de mão-de-obra indígena e dos minerais nestas terras de “arvoredo muito elevado e corpulento”, mais tarde batizado de Mato-Grosso (FONSECA, 1866: 353-35), que levou a uma nova configuração territorial acordada entre portugueses e espanhóis no final do século XVIII pelo Tratado de Madrid (1750) e pela Convenção de Badajoz. No Tratado de Madrid foi aplicado o princípio do direito privado romano *uti possidetis, ita possideatis*, que quer dizer que aquele que possui de fato, deve possuir de direito (VOLPATO, 1996:214; FERREIRA, 2001:33; ANDRADE, 2001:18).

Esse processo lento, gradual e violento de expansão rumo ao oeste, ganha força no século XVIII impulsionado pela mineração, que por sua vez impulsionou a escravidão negra.

Em 1718, enquanto a bandeira de Paschoal Moreira Cabral Leme se restabelecia em São Gonçalo Velho de uma derrota sofrida durante a tentativa de captura de indígenas na região entre os rios Mutuca e Coxipó, acabaram por localizar os primeiros veios de ouro no rio Coxipó, um afluente do rio Cuiabá, que daria origem a exploração das “Minas do Cuyabá”, provocando uma intensa migração para a região (FERREIRA, 2001:35-7).

O ouro de Cuiabá era encontrado nas margens e barrancos de rios, chamado ouro de aluvião, que se caracterizava pela “fácil exploração e rápido esgotamento”, provocando uma mineração itinerante em busca de novas jazidas nos sertões do oeste.

Também a atividade de preação de índios em áreas periféricas do território já no século XVIII oferecia oportunidade de enriquecimento para os aventureiros, que em caso de fracasso na descoberta do ouro, garantiriam o retorno econômico com o aprisionamento de índios (BANDEIRA, 1980:80-1). Em 1731 a bandeira dos irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros, que estavam no encalço dos índios Paresi, descobriram ouro na região do rio Guaporé (VOLPATO, 1996:213; FERREIRA, 2001:650).

A Coroa portuguesa que se sentia ameaçada pelos espanhóis na região fronteira e também querendo estabelecer uma maior fiscalização do escoamento do ouro da região, promoveu em 1748 o desmembramento da região da Capitania de São Paulo para fundar a Capitania do Mato Grosso (CHAVES, 2000:12; FERREIRA, 2001:43)

O governo provincial se instaurou de fato na região do Guaporé com a vinda de Antônio Rolim de Moura, primeiro capitão general que fundou Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, a sede da recém criada capitania do Mato Grosso. De acordo com Volpato (1980), a coroa Portuguesa tinha intenção de concretizar a posse das terras do Mato Grosso, como também da bacia Amazônia prevista no Tratado de Madri. Vila Bela então estava situada no ponto mais ocidental do domínio português e carregava o “ônus de ser zona de fronteira, responsável pela defesa do povoamento luso, e se possível, por sua ampliação” (VOLPATO, 1996:214).

Durante toda a história de Vila Bela a população negra, mesmo alarmantemente vitimada pelo trabalho insalubre e as condições de pobreza, constituiu-se na maioria da população, sendo que “em pleno escravismo, a grande maioria da população” era formada por pretos e mulatos livres (BANDEIRA, 1980:114).

Os primeiros escravos vinham pela monção de São Paulo, e depois entre “1752 e 1778, parte dos escravos” enviados para o Mato Grosso, sobretudo para Vila Bela eram comercializados pela Companhia Grão Pará (SALLES, 1971, p.53; VOLPATO, 1996:215). De modo geral, durante esse período a maioria dos africanos provinha da região central a África.

Como em todas as partes onde houve escravidão negra, a fuga era uma das formas de reação, e nessa região do Brasil possuiu algumas particularidades. Por se tratar de região de fronteira muitos escravos procurarem refúgio no território espanhol, na Bolívia, país limítrofe no qual havia promessas de liberdade do lado de lá da fronteira. (VOLPATO, 1996:216-8, CALDEIRA, 2009:4).

Atualmente os vilabelenses ainda mantêm relações em território boliviano, seja por trabalho, família ou pelo comércio, sendo regularmente realizadas excursões até cidades da Bolívia para a compra artigos de vestuário e eletro-eletrônicos, motivadas pelas vantagens do cambio da moeda.

As relações entre negros e os indígenas (que eram muitos) na região mato-grossense era complexa, tanto ser uma relação amistosa na qual os indígenas ajudavam os escravos fugitivos “transmitindo técnicas de sobrevivência na floresta, no cerrado, no pantanal”, inclusive convivendo em quilombos e mocambos, como poderia ser uma relação de guerra, pois muitos negros eram atacados por indígenas durante suas fugas (VOLPATO, 1996:219). A história oficial e oral relata conflitos entre vilabelenses e indígenas até meados dos anos 1960.

Entre os séculos XVIII e XIX, vários quilombos povoaram a região do Guaporé, dos quais se destacam na historiografia são o quilombo do Quariterê ou do Piolho, Pindaituba e Mutuca (BANDEIRA, 1988:121; VOLPATO, 1996:224).

Durante a Guerra do Paraguai, os negros escravizados aproveitaram-se das “dificuldades enfrentadas pelas autoridades provinciais” ampliando a quantidade de quilombos na região (VOLPATO, 1996:218).

Com a transferência da elite branca, que paulatinamente havia começado a se mudar acompanhando a transferência das repartições públicas para Cuiabá em 1920, muitas famílias deixaram seus escravos no local, episódio importante para o processo de reelaboração da identidade étnica dos negros livres que ficaram na cidade e dos negros aquilombados que mais tarde vieram se juntar a eles na cidade abandonada pelos brancos. Para Bandeira (1988) o fato isolado da saída dos brancos de Vila Bela não explica por si só a formação da comunidade negra,

A saída dos brancos não implicou em si mesma, a constituição da comunidade negra. Esta resultou de decisões coletivas dos pretos, formuladas politicamente a partir da redefinição de sua identidade étnica, frente à nova situação de alteridade circunstanciada pela decadência de Vila Bela dos Brancos e desarticulação local dos mecanismos de controle do corpo social branco (BANDEIRA, 1988:123)

É nesse contexto histórico que várias comunidades negras foram se formando na região, inclusive aquelas que deram origem a comunidade Porto Boqueirão (atual sítio arqueológico estudado na pesquisa), local em que na infância viveram alguns dos atuais moradores da comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão, onde são coletados os dados de paisagem e o levantamento etnográfico.

A comunidade Boqueirão é formada por uma maioria de afrodescendentes que nasceu na região e que se **autodefinem** como remanescentes de quilombo. De acordo com Elisandra Botelho, a Kika, moradora da comunidade Boqueirão e líder quilombola, em 2005 a comunidade foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares e atualmente reivindicam a titulação de suas terras junto ao INCRA organizados em torno da Associação Negra Rural Acorebela.

A comunidade é composta basicamente por dois grupos familiares: os descendentes de João Sacerdote, os Frisão de Almeida e o grupo familiar de Maria Rosa e Joaquim Marques. Esses atuais moradores guardam um histórico de conflitos gerados por disputas de terras em décadas passadas, travadas com posseiros. Esses conflitos que fizeram com que algumas famílias de antigos quilombolas mudassem para o centro de Vila Bela, e também para o bairro Jardim Aeroporto. Os que resistiram, também enfrentaram o rigor das enchentes, que culminou com o deslocamento das famílias para áreas mais afastadas do rio Alegre. Hoje os moradores então cercados pela fazenda Santa Cruz, e apesar de não mais se registrarem conflitos armados na região, alguns moradores tem sido convencidos a vender suas propriedades.

A comunidade e as plantas

De acordo com o que pudemos preliminarmente concluir de nossas pesquisas, o universo cultural vilabelense possui elementos que remetem ao processo de construção de identidades durante a diáspora africana no Atlântico Negro.

De acordo com Gilroy (1993:38), a identidade cultural dos descendentes de escravos africanos não pode ser dissociada da experiência da escravidão e do racismo, nem tampouco pode se restringir aos “particularismos nacionalistas”. Para o autor a diáspora proporcionou uma comunicação entre diversos grupos étnicos que atravessaram o Atlântico, e o navio negreiro foi o espaço privilegiado das trocas culturais que se efetivaram, por isso ele é escolhido como “símbolo organizador central” no desenvolvimento de seu pensamento, configurando-se num “sistema vivo, microestrutural e micropolítico em movimento”.

A idéia sobre a formação de uma cultura crioula teria começado ainda em solo africano nos portos de embarque é compartilhada por autores como Costa e Silva (2003), que se refere à criação de uma cultura crioula, baseada em um pressuposto lingüístico – a proximidade linguística entre os falantes de línguas pertencentes à subfamília linguística “banto”, da família Nígero-kordofaniana. (COSTA e SILVA, 2003; MUNANGA, 2009).

De acordo com Bandeira (1988:125-8) a formação de uma comunidade negra em Vila Bela não está apenas condicionada a debandada da elite branca, mas relaciona-se a um processo mais amplo que inclui “a sociedade nacional branca e as condições ambientais de produção da vida”, e ainda que nesse momento, o resgate compulsivo de “traços africanos originais, cuja autenticidade em si pouco contribuía para a solução dos problemas cotidianos”, houve uma seleção por parte da comunidade e aquelas manifestações relacionadas à resistência negra permaneceram.

Na análise preliminar dos dados pudemos observar que membros da comunidade Boqueirão têm maneiras de perceber a paisagem vilabelense, que podem remeter a memória ancestral desse grupo.

De acordo com Thomas, (2001) na sociedade ocidental a paisagem é tida como algo visual e separado do ser humano. Porém, em algumas sociedades não-ocidentais, como no caso de sociedades africanas, essa “alienação” em relação à paisagem não existe, e a incorporação da paisagem pode se dar de diferentes formas. A paisagem fornece uma continua lembrança das relações entre os vivos e seus ancestrais, sendo que essa conexão pode estar relacionada às relações de parentesco, ao ancestral que iniciou as benfeitorias na terra e:

“o uso contínuo de lugares através dos tempos chama a atenção para as conexões historicamente construídas. A um nível mais específico, os vestígios da atividade humana na paisagem podem representar uma fonte de informações detalhadas sobre as relações de parentesco” (THOMAS, 2001).

Esse uso contínuo de lugares específicos em um determinado contexto histórico e cultural fica de alguma forma impresso na paisagem e mesmo que por algum motivo haja uma mudança abrupta na paisagem, elementos significativos desses lugares tendem a permanecer na memória das pessoas que os vivenciaram. E entendendo a paisagem

enquanto uma construção cultural, num contexto de comunidades tradicionais como os remanescentes de Vila Bela, onde as mudanças não ocorrem de forma abrupta, porém cada vez mais aceleradas pelas forças do capital (mudanças nos meios de subsistência e incorporação de terras quilombolas por grandes fazendas de gado), ainda se verifica formas ancestrais na relação com o ambiente, como as técnicas na construção das casas, a culinária, a religiosidade, o conhecimento e uso das plantas.

Os membros da comunidade do Boqueirão, apesar de não manifestarem pertença a religiões de matriz africana, atribuem a determinadas árvores – que na análise da paisagem tomamos como parâmetro – significados simbólicos que corresponderiam a aqueles observados em religiões de matriz africana. Tomemos um exemplo.

Dentre as árvores que foram identificadas como relevantes à pesquisa, nos detivemos na análise da mangueira (*Mangifera indica* L.). Presente no sistema religioso afro-brasileiro, a folha da mangueira é usada em banhos de descarrego, ou descarga, que tem por objetivo “afastar do corpo de alguém ou de um ambiente, vibrações negativas ou maléficas” (CACCIATORE, 1977).

Em muitas casas de culto, da umbanda e do sistema Jêje-Nagô, a mangueira está relacionada ao orixá Exu. Porém, podemos encontrar em muitas casas em diferentes regiões do país, essa árvore relacionada também a outras divindades, como por exemplo, os orixás Ogum e Oxóssi, haja vista que o conhecimento nas religiões de matriz africana, tradicionalmente é passado por meio da transmissão oral, em cada região do país a religiosidade tem feições particulares

Também na umbanda existe a figura de “exu”, porém não é o equivalente ao orixá do candomblé. Na divisão entre o bem e o mal, as linhas da direita e da esquerda respectivamente, exu está à esquerda e foi sincretizado à figura do diabo do catolicismo. De acordo, com Reginaldo Prandi (1996:6-7) na literatura umbandística existe uma entidade suprema, o “Exu Maioral” ou “Exu Sombra” que é auxiliado por seus generais, dentre eles o Exu Mangueira. Uma das atribuições dos exus da umbanda é realizar os rituais de descarrego em pessoas e ambientes.

Em entrevista realizada com D. Maria da comunidade Boqueirão, ela diz ter conhecimento que as folhas da mangueira devem ser usadas em banhos de descarrego, porque “fazem bem para o corpo”, por esse motivo sendo boas para

serem plantadas na porta de casa, pois, além disso, elas ainda trazem sombra e servem como alimento e tem uso medicinal.

Outra entrevistada, D. Mancia Frisão de Almeida, que nasceu e cresceu na comunidade Boqueirão e atualmente vive no Jardim Aeroporto, bairro de Vila Bela, também forneceu informação semelhante sobre a mangueira, segundo ela as folhas podem ser utilizadas em banhos contra mal olhado, e se plantada na porta da casa tem o poder de para si todo o mal que estaria direcionado para os moradores da casa, ou seja, a energia negativa enviada, não atinge as pessoas, pois fica retida na mangueira, plantada antes da porta de entrada da casa.

A importância simbólica de determinadas espécies de árvores entre os membros das comunidades da diáspora africana nas Américas, bem como nas sociedades da África tradicional, é recorrente. É de se notar sua importância para os candomblés (Pessoa de Barros 1993, Verger 1995, Camargo 1988, bem como para as culturas de línguas bantu da África central (Salum 1996), sendo que estes constituem grande parte do contingente dos africanos trazidos para o Brasil (Mourão 1974), entre eles, os bakongo referidos nos estudos de arqueologia afro-americana.

Conclusão

A análise do processo histórico de levou a formação das comunidades de negros em Vila Bela demonstrou, aqui exposto de maneira sucinta, demonstrou que o plano colonial de ocupação desta porção ocidental do território brasileiro teve seu foco, sobretudo na disputa territorial nas regiões de fronteira.

Após a consolidação das fronteiras, o objetivo principal estava cumprido e a manutenção da capital do estado mato-grossense, tão afastada de importantes centros políticos e comerciais como São Paulo e Goiás, e Vila Bela se mostrou inviável para abrigar o aparato administrativo. A cidade de Cuiabá passa a ser a nova capital, papel que já vinha desempenhando não oficialmente, de onde os governantes já administravam o estado.

Ainda que a transferência da elite branca, com a “desarticulação local dos mecanismos de controle do corpo social branco”, não tenha sido em si mesma o fator da formação da comunidade negra, como bem frisou Bandeira (1988:123), essa nova configuração proporcionou um ambiente de maior liberdade para que os membros da

comunidade tivessem liberdade para negociarem, entre eles, a “redefinição de sua identidade étnica”, mantendo vivas muitas das manifestações culturais relacionadas ao passado ancestral africano que foram reelaboradas em território brasileiro.

Ao adotarmos a perspectiva da arqueologia da diáspora africana, que considera em sua análise a forma como os africanos e seus descendentes nas Américas, buscando compreender a diversidade dos contextos históricos e a sua influência sobre a formação das muitas identidades da diáspora africana.

Os estudos da diáspora africana têm trabalhado com a perspectiva de elementos remanescentes nas práticas culturais, que teriam origem em “regiões e localidades africanas”, baseando-se no conceito atual de etnia na antropologia que considera a construção de identidades um processo em constante transformação (CARNEIRO DA CUNHA, *apud* MOMIGONIAN, 2004:47).

A adoção da metodologia etnoarqueológica tem contribuído para levantar e organizar os elementos que percebemos na relação dos quilombolas com a paisagem, e sua ligação com o pensamento ancestral, além de contribuir para a nossa interpretação das feições da paisagem que temos percebido no sítio arqueológico os antepassados do Boqueirão.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel C. de Oliveira. **Geopolítica do Brasil**. Campinas, Papyrus, 2001.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. Ed. Brasiliense, 1988.
- CACCIATORE, Olga G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- CALDEIRA, Newman Di Carlo. Escravidão negra em regiões de fronteira internacional: o caso da província de Mato Grosso (1825-1870). **4o. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. UFSC, Curitiba, maio/2009, capturado em 15/10/2010, <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/NewmanCaldeira.pdf>
- CAMARGO, Maria Thereza L. de A. **Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros I**. Almed Editora, 1988.

- CHAVES, O.. **Escravidão, Fronteira e Liberdade: Resistência Escrava em Mato Grosso (1752-1850)**. Dissertação, PPGH, Dep. de Historia, FFCH, UFBA, Salvador, 2000
- COSTA e SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003.
- DAVID, N. Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspective. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 11, p.330-359, 1992, *apud* SILVA, Fabíola A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Bol. Mus. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 27-37, jan.- abr. 2009.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá, Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- FONSECA, José Gonçalves da. **Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes**. Situação de Mato-Grosso, seu descobrimento de minas, e estabelecimento de seus arraiaes. *IN: Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico, e ethnographico do Brasil – 1º. Trimestre de 1866 - Tomo XXIX (p.353-354), 1866.*
- FUNARI, Pedro Paulo A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. *In: Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. Andrés Zarankin e María Ximena Senatore (orgs), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, 107-116.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HEATH, B. J. and BENNETT, A. **The little Spots allow'd them: The archaeological Study of African-American Yards**. *Historical Archaeology* 34(1): 38-55, 2000
- HEYWOOD, Linda. (org.) **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008.
- HODDER, Ian. *Reading the past*. Cambridge University Press, London, 1986.
- HOWSON, J. E. Social Relations and Material Culture: A Critique of the Archaeology of Plantation Slavery. **Historical Archaeology** 24(4): 78-91, 1990.

- LEONE, Mark P., LAROCHE, Cheryl J., and BABIARZ, Jennifer. The Archaeology of Black Americans in Recent Times. *Annual Review of Archaeology*. Vol. 34, 575-98, 2005.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Contribution de l'Afrique Bantoue à la formation de la société brésilienne**. CEA/USP, 1974
- MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo, Ed. Global, 2009.
- ORSER, Charles E. Jr. The Archaeology of the Diáspora. *Annual Review of Archaeology*, Vol. 27, 1998, pp. 63-82.
- PESSOA DE BARROS, José Flávio. **O Segredo das Folhas: Sistema de Classificação de Vegetais no Candomblé Jêje-Nagô do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: UERJ, 1993.
- POLITIS, Gustavo. Acerca de la etnoarqueología en América del Sur. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, v. 8 n. 18, Porto Alegre, 2002.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- RUSSELL-WOOD, A.J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará**. Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Para, 1971.
- SALUM, Marta H. Leuba. **A madeira e seu emprego na arte africana: um exercício de interpretação a partir da estatuária tradicional bantu**. Tese de Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social), FFLCH-USP, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história. *In: Novos Estudos*, n. 72, Julho-2005.
- SINGLETON, T. A.. The Archaeology of Slavery in North America”, *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, 1995, pp. 119-140.
- SILVA, Fabíola A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *In: Boletim do Museu Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 27-37, jan.- abr. 2009.

- SYMANSKY, Luís C. P. e SOUZA, Marcos André Torres. O Registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vol. 33, 2007, pp.215-43.
- SYMANSKI, Luis C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. *In: MORALES, Walter F.; MOI, Flavia Prado (orgs.). Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo, Annablume, pp. 279-310, 2009.
- THOMAS, B. W. **Source Criticism and the Interpretation of African-American Sites**. *Southeastern Archaeology* 14(2): 149-157, 1995.
- THOMAS, Julian. Archaeologies of place and landscape. *In: Archaeological Theory Today*, Ian Hodder (ed.), Cambridge, Poly Press, (p.165-186), 2001.
- VERGER, Pierre Fatumbi - **Ewé: O Uso das Plantas na Sociedade Iorubá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VOLPATO, Luísa R.R. **Mato Grosso: ouro e miséria no antemural da colônia (1751-1819)**. Dissertação de mestrado FFLCH/USP, 1980.
- VOLPATO, Luísa R.R. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. *In: REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- ZANETTINI Arqueologia. Arqueologia e história – Vila Bela da Santíssima Trindade/MT. **Projeto Fronteira Ocidental Vol. IV A Presença Africana no Vale do Guaporé – Arqueologia e História**, 2006.